



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República na Paraíba

SELEÇÃO PARA ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO NA ÁREA DE DIREITO 2016

Data: 20.11.2016

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

Leia com atenção as instruções abaixo:

- A prova objetiva é composta por **30 (trinta) questões**, de múltipla escolha, sendo apenas uma resposta a correta.
- Antes de começar a prova, verifique se todas as páginas e o número de questões estão corretos, não sendo aceito reclamações após o início.
- A prova subjetiva, que deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de **tinta azul ou preta, nas folhas destinadas a esse fim**, constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) questão que será um caso prático onde o candidato deverá apresentar uma solução jurídica, escrevendo, no máximo, 70 (setenta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 3,2 (três inteiros e dois décimos) pontos e 2 (duas) questões na qual o candidato deverá dissertar sobre temas que serão apresentados no momento da realização da prova, escrevendo no máximo 30 (trinta) linhas e sem exigência de número mínimo, valendo 1,0 (um inteiro) ponto cada uma. Além dos conhecimentos jurídicos, essa servirá para medir a capacidade de expressão do candidato na modalidade escrita, coerência textual e correção gramatical e ortográfica, sendo que **parte da nota nessa prova levará em conta o domínio dessas aptidões relacionadas à língua portuguesa.**
- **Não** é permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência ou a qualquer outro material e os(as) candidatos(as) não poderão conversar entre si, nem manter contato de espécie alguma.
- O tempo de duração das provas é de **4 (quatro) horas**, incluído a prova objetiva e subjetiva.
- O(A) candidato(a) deverá acertar, no mínimo, **50%** das questões objetivas para ser habilitado à correção da prova subjetiva.
- Durante a realização das provas não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de máquina calculadora, livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações, nem o porte ou uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico e/ou de comunicação (bip, telefone celular, relógios digitais, mp3, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, tablet, gravador ou outros equipamentos similares), bem como de protetores auriculares, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Os telefones celulares e similares **não** podem ser manipulados e devem permanecer **desligados** durante o período em que o(a) candidato(a) se encontrar na sala, bem como os pertences não utilizados na prova deverão estar embaixo da carteira, **ficando automaticamente excluído o(a) candidato(a) que for surpreendido nessas situações.**
- Será permitida a saída do candidato com o caderno de provas apenas **após transcorrido 01 (uma) hora do início das provas e desde que entregues a folha de respostas e a dissertação ao fiscal.**
- O(A) candidato(a) deverá marcar a folha de respostas **com caneta esferográfica preta ou azul**, escolhendo dentre as alternativas **A, B, C, D**, sendo desconsiderada a resposta se não for atendido o referido critério de preenchimento. Rasuras e a informação de mais de uma alternativa na mesma questão anulará a resposta, bem como o preenchimento **a lápis grafite.**
- **Não haverá substituição da folha de respostas nem da dissertação por erro do(a) candidato(a).**
- Leia com atenção todas as questões e, havendo dúvidas, levante o braço para que um fiscal da prova o atenda.
- O gabarito da prova objetiva será divulgado no dia **21.11.2016, a partir das 17:00h**, através do site www.mpf.mp.br/pb, abrindo-se o prazo de 02 (dois) dias úteis para interposição de recursos, a contar da data de divulgação do resultado do gabarito oficial.
- Não será considerado, em hipótese alguma, o que for escrito nas folhas de rascunho.

Boa prova !!!

PROVA DE CONCURSO PARA ESTAGIÁRIO – ÁREA DE DIREITO

PARTE SUBJETIVA

QUESTÃO 1: Como Procurador da República, apresente a solução jurídica, na área cível e penal, para o caso prático a seguir narrado, abordando necessariamente: a) ações cabíveis, com a fundamentação legal devidamente justificada (1,2); b) competência e prerrogativa de foro no cível e no penal (1,0); c) análise crítica do instituto da prerrogativa de foro no ordenamento jurídico brasileiro (1,0). **Cada resposta deverá ser formulada separadamente, com indicação expressa do item a que corresponde.**

Em 2014, a Prefeitura de **RIO DE DEZEMBRO-PB** realizou o Pregão Presencial nº 002/2014, destinado à contratação de empresa para a realização de exames de eletrocardiograma. A empresa **SAÚDE LTDA** saiu-se vencedora do certame. A referida empresa tinha **MANOEL** como sócio-administrador (99% do capital social) e **MÁRIO** como sócio-cotista (1% do capital social).

Em Procedimento Investigatório Criminal, o Ministério Público Federal constatou que:

1) a **SAÚDE LTDA** foi constituída no dia 15/01/2014, 03 (três) dias antes da solicitação da abertura de licitação pelo Secretário de Saúde, **JOÃO DA SILVA**;

2) a convocação dos interessados não foi publicada em Diário Oficial, sendo que a documentação de todos os licitantes que compareceram continha diversos traços de similitude;

3) somente **MANOEL**, na condição de sócio-administrador, representou a **SAÚDE LTDA** na licitação, sendo que, em depoimento prestado ao MPF, revelou reduzido grau de instrução e visível desconhecimento do funcionamento da empresa;

4) na data do Pregão Presencial nº 02/2014, a **SAÚDE LTDA** não tinha nenhum médico registrado na empresa;

5) em oitivas realizadas pelo MPF, os dois únicos médicos da **SAÚDE LTDA** afirmaram que nunca conheceram os sócios **MANOEL** e **MÁRIO**, tendo sido contratados pessoalmente pelo Secretário **JOÃO DA SILVA** e pelo Prefeito **ADEILTON**, em data anterior à abertura da licitação;

6) o Prefeito **ADEILTON**, que homologou o processo licitatório, teve o seu mandato na Prefeitura de **RIO DE DEZEMBRO-PB** encerrado em 31/12/2016, mas foi reeleito.

QUESTÃO 2 – Discorra sobre provas ilícitas: Conceito. Teorias da fonte independente e da descoberta inevitável. Encontro fortuito de provas. Utilização de prova ilícita em favor da defesa e da acusação.

QUESTÃO 3 - Disserte sobre as atribuições do Ministério Público Federal em matéria cível: Funções. Formas de atuação: agente e interveniente. Principais instrumentos de atuação.

PARTE OBJETIVA

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) Quanto ao Ministério Público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.
- b) O STF alterou sua jurisprudência e passou a decidir que a competência para dirimir conflitos de atribuição entre o Ministério Público Estadual e Ministério Público Federal é do Procurador-Geral da República.
- c) O Ministério Público não dispõe, segundo entendimento do STF, de competência para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal.
- d) O rol de atribuições conferidas ao Ministério Público pelo art. 129 da CF constitui *numerus clausus*.

2) Quanto à Saúde, tema inserido na Constituição Federal no Título da Ordem Social, e levando em consideração a jurisprudência do STF e do STJ, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Constitucionalmente qualificada como direito fundamental, a saúde é tema que se insere no âmbito de legitimação do Ministério Público para a propositura de ação em sua defesa.
- b) O Ministério Público é parte legítima para ingressar em juízo com ação civil pública visando a compelir o Estado a fornecer medicamento indispensável à saúde de pessoa individualizada.

- c) O recebimento de medicamentos pelo Estado é direito fundamental, podendo o requerente pleiteá-los de qualquer um dos entes federativos, desde que demonstrada sua necessidade e a impossibilidade de custeá-los com recursos próprios.
- d) Viola o princípio da separação dos poderes a determinação, pelo Poder Judiciário, para que a Administração Pública mantenha um estoque mínimo de determinado medicamento utilizado no combate a certa doença grave.

3) A Constituição Federal inclui no rol de direitos e garantias fundamentais o mandado de segurança. Acerca desse tema, marque a alternativa INCORRETA:

- a) A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.
- b) Não se concederá mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
- c) A impetração de mandado de segurança coletivo por entidade de classe em favor dos associados depende da autorização destes.
- d) Considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática.

4) Sobre o tema controle de constitucionalidade, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo STF, em ADI e ADC, produzem eficácia contra todos e efeito vinculante. Tais efeitos vinculam, inclusive, o próprio STF.
- b) Uma Resolução do TSE pode ser impugnada no STF por meio de ADI se, a pretexto de regulamentar dispositivos legais, assumir caráter autônomo e inovador.
- c) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- d) Cabe desistência da ação direta de constitucionalidade.

5) Quanto ao tema servidor público, assinale a alternativa CORRETA:

- a) O servidor público estável perderá o cargo nas seguintes hipóteses: i) em virtude de sentença judicial transitada em julgado; ii) mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; iii) mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa.
- b) É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o direito de greve, o qual será exercido nos termos e nos limites definidos em lei complementar.
- c) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

d) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, ainda que haja compatibilidade de horários no desempenho das respectivas atividades.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

6) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Considera-se nulo o processo em que o Ministério Público, intimado, deixa de atuar.
- b) O Ministério Público terá vista dos autos, depois das partes, quando atuar como custos legis, sendo intimado de todos os atos do processo.
- c) O Ministério Público tem legitimidade para recorrer assim no processo em que é parte, como naqueles em que oficiou como fiscal da ordem jurídica.
- d) O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, que se fará por carga, remessa ou meio eletrônico.

7) Em relação ao incidente de desconconsideração da personalidade jurídica, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) Será instaurado a pedido da parte ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.
- b) É cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.
- c) Via de regra, não suspenderá o processo.
- d) Aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais.

8) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Os órgãos públicos legitimados para o ajuizamento da ação civil pública poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo judicial.
- b) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.
- c) É vedada a transação, acordo ou conciliação na ação civil pública por ato de improbidade administrativa.
- d) Estando a inicial da ação de improbidade administrativa em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a citação do requerido para oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias.

9) Quanto ao tema tutela provisória, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O novo CPC prevê que a tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificção prévia, inclusive de ofício pelo juiz.
- b) A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) No caso da tutela de evidência, quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante, o juiz poderá decidir liminarmente.
- d) A tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência.

10) Em relação aos recursos, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Será intempestivo o recurso interposto antes do termo inicial do prazo.
- b) Se a decisão a respeito de questões resolvidas na fase de conhecimento não comportar agravo de instrumento, estará coberta pela preclusão.
- c) O prazo para interpor todos os recursos e para responder-lhes é de 15 (quinze) dias.
- d) Caberá agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias que versarem sobre o mérito do processo.

PENAL

11) A pena deve ser necessária e suficiente para a reprovação e prevenção do crime. Acerca dos critérios para aplicação da pena, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A pena-base será fixada atendendo-se aos critérios da culpabilidade, dos antecedentes, da conduta social, da personalidade do agente, dos motivos, das circunstâncias e consequências do crime, bem como do comportamento da vítima.
- b) A reincidência penal deve ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- c) É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais para agravar a pena-base.
- d) A multa pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.

12) Em relação aos crimes contra a fé pública e aos contra a administração pública, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Cometerá o crime de corrupção ativa o servidor público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

- b) O servidor público que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem cometerá crime de corrupção passiva.
- c) Comete falsidade ideológica aquele que omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante.
- d) Comete o crime de moeda falsa aquele que falsifica, fabrica ou altera moeda metálica ou papel-moeda de curso legal no país ou no estrangeiro.

13) A Constituição Federal determina a criação de juizados especiais para o julgamento de infrações penais de menor potencial ofensivo. A Lei nº. 9.099, de 26 de setembro de 1995, dispõe sobre esses juizados. Em relação à transação penal e à suspensão condicional do processo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, por dois a quatro anos, mesmo quando o acusado esteja sendo processado ou tenha sido condenado por outro crime.
- b) A suspensão condicional do processo será cabível apenas nos crimes de menor potencial ofensivo.
- c) Não se admitirá a proposta de transação se ficar comprovado não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.
- d) O registro decorrente da aceitação de transação penal pelo acusado serve para o incremento da pena-base acima do mínimo legal em razão de maus antecedentes, em caso de cometimento de crime posterior.

14) Considerando os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores e as disposições da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998, e suas alterações posteriores, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Só se configura o crime se a infração penal antecedente estiver dentre aquelas expressamente indicadas pela lei, a exemplo do tráfico ilícito de entorpecentes.
- b) Não é punível a tentativa.
- c) Se o autor, coautor ou partícipe colaborar espontaneamente com as autoridades, prestando esclarecimentos que conduzam à apuração das infrações penais, à identificação dos autores, coautores e partícipes, ou à localização dos bens, direitos ou valores objeto do crime, a pena será obrigatória e imediatamente substituída por restritiva de direito.
- d) A pena será aumentada, se os crimes definidos nesta Lei forem cometidos de forma reiterada ou por intermédio de organização criminosa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

15) A investigação criminal é destinada a colher elementos probatórios para a apuração das infrações penais e da sua autoria. Em relação ao tema, julgue as seguintes alternativas, marcando a INCORRETA.

- a) A autoridade policial presidirá o inquérito policial, mas o Ministério Público poderá requerer a devolução do inquérito para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- b) É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.
- c) O Ministério Público dispõe de competência para promover, por autoridade própria, investigações de natureza penal, respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.
- d) Nos crimes de ação pública, a autoridade policial deverá instaurar de ofício o inquérito policial assim que tiver notícia de algum crime, ainda que por meio de “denúncia anônima”.

16) A Constituição Federal determina que será assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral. No que concerne aos tipos de prisão e a suas garantias fundamentais, marque a alternativa INCORRETA:

- a) Toda pessoa presa em flagrante delito, independentemente da motivação ou natureza do ato, será obrigatoriamente apresentada à autoridade judicial competente, e ouvida sobre as circunstâncias em que se realizou sua prisão ou apreensão.
- b) A Convenção Americana sobre Direitos do Homem legitima a denominada “audiência de custódia”.
- c) A prisão preventiva poderá ser decretada ainda que o juiz verifique, pelas provas constantes dos autos, ter o agente praticado o fato em estado de necessidade ou em legítima defesa.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.

17) Em relação ao sigilo telefônico e a possibilidade de interceptação da comunicação telefônica, com base nos dispositivos legais e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção CORRETA:

- a) É inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou funcional ou instrução processual penal ou procedimento administrativo disciplinar.
- b) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando a prova puder ser feita por outros meios disponíveis.

- c) Não se trata de matéria submetida à reserva de jurisdição, podendo Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) ordenar a interceptação da conversa telefônica.
- d) Em razão da excepcionalidade da interceptação, não se admite a renovação do prazo legal para a execução da diligência.

18) Em relação às nulidades no processo penal e considerando as disposições legais e os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça acerca do tema, assinale a opção CORRETA:

- a) As nulidades surgidas no curso da investigação preliminar não atingem a ação penal dela decorrente.
- b) A deficiência na defesa sempre anulará o ato.
- c) A ausência de intimação pessoal do defensor dativo sobre os atos do processo não gera a sua nulidade.
- d) A decretação da nulidade de ato processual ocorrerá independente de resultar prejuízo para as partes.

DIREITO AMBIENTAL

19) Em relação à responsabilidade civil e administrativa em matéria ambiental e ao poder de polícia ambiental, assinale a assertiva INCORRETA:

- a) A responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas, autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.
- b) É o poluidor obrigado a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente, desde que comprovada sua negligência ou imprudência.
- c) Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.
- d) A autoridade ambiental que tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade.

20) O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida. Ao Poder Público é imposto o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Em relação à responsabilidade penal, aponte a afirmação INCORRETA.

- a) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente poderão sujeitar os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- b) As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.
- c) Nas infrações penais previstas nesta Lei, a ação penal é pública condicionada à requisição do Ministro do Meio Ambiente.

d) É circunstância que atenua a pena a comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.

21) Em relação aos princípios do Direito Ambiental, à responsabilização por degradação ao meio ambiente e aos entendimentos atuais do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório, competindo a quem supostamente promoveu o dano ambiental comprovar que não o causou ou que a substância lançada ao meio ambiente não lhe é potencialmente lesiva.
- b) Não há necessidade da dupla imputação da pessoa física e da jurídica em crimes ambientais.
- c) A responsabilidade por dano ambiental é objetiva, informada pela teoria do risco integral.
- d) É permitido ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) impor sanções administrativas previstas exclusivamente em Portaria do Ministério do Meio Ambiente.

DIREITO ELEITORAL

22) É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria relativa a Direitos Políticos, sendo, portanto, considerados cláusulas pétreas. No que concerne aos Direitos Políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.
- b) Não podem alistar-se como eleitores os conscritos durante o período do serviço militar obrigatório.
- c) É condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para Presidente.
- d) As hipóteses de cassação dos direitos políticos previstas na Constituição são taxativas, não podendo ser ampliadas por lei.

23) São condições de elegibilidade previstas na Constituição Federal, EXCETO:

- a) O pleno exercício dos direitos políticos.
- b) Aprovação de contas do mandato anterior, quando houver.
- c) O domicílio eleitoral na circunscrição.
- d) O alistamento eleitoral.

24) A ação de impugnação de mandato eletivo (AIME) é a única ação eleitoral prevista constitucionalmente. Acerca desta ação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O Ministério Público Eleitoral tem legitimidade ativa para a sua propositura.

- b) Tramitará em segredo de justiça.
- c) Deverá ser instruída com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou do abuso de autoridade.
- d) Será ajuizada no prazo de quinze dias contados da diplomação.

25) Além das causas de inelegibilidade previstas na Constituição, Lei Complementar poderá estabelecer outros casos e os prazos de sua cessação, a fim de proteger a probidade administrativa, a moralidade para exercício de mandato considerada vida pregressa do candidato, e a normalidade e legitimidade das eleições. Em relação às inelegibilidades, marque a alternativa CORRETA:

- a) Para concorrerem a outros cargos, os Chefes do Poder Executivo devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- b) Os estrangeiros, que ingressarem de forma ilegal no Brasil, são inelegíveis, mas são elegíveis os que estiverem regulares.
- c) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o quarto grau ou por adoção, dos Chefes do Poder Executivo ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- d) São inelegíveis os inalistáveis e os maiores de 75 anos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

26) Assinale a alternativa CORRETA:

- a) Subordinam-se ao regime da Lei de Licitações a União, Distrito Federal, Estados, Municípios, autarquias e fundações públicas, excetuando-se as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas que explorem atividades econômicas de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.
- b) Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.
- c) As modalidades de licitação no direito brasileiro são concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão, as quais podem ser utilizadas, em um mesmo procedimento, de forma combinada ou isolada;
- d) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

27) Considerando a legislação vigente e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo ou função de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- b) A dispensa do empregado de empresas públicas e sociedades de economia mista que prestam serviços públicos deve ser motivada.
- c) É legítima a publicação, inclusive em sítio eletrônico mantido pela Administração Pública, dos nomes de seus servidores e do valor dos correspondentes vencimentos e vantagens pecuniárias.
- d) É inconstitucional toda modalidade de provimento que propicie ao servidor investir-se, sem prévia aprovação em concurso público destinado ao seu provimento, em cargo que não integra a carreira na qual anteriormente investido.

28) A respeito da responsabilidade civil do Estado, marque a alternativa INCORRETA, de acordo com a jurisprudência do STF:

- a) Em caso de inobservância do seu dever específico de proteção previsto no art. 5º, inciso XLIX, da Constituição Federal, o Estado é responsável pela morte de detento.
- b) O Estado não pode ser compelido a indenizar diretamente empregado de empresa contratada em licitação por inadimplemento dessa última, ainda que em caso de omissão culposa de agente público em fiscalizar a empresa tomadora de serviço, tendo em vista a declaração de constitucionalidade do art. 71, §1º, da Lei nº 8.666/93.
- c) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, §6º, da Constituição Federal.
- d) A entrada forçada em domicílio sem mandado judicial só é lícita, mesmo em período noturno, quando amparada em fundadas razões, devidamente justificadas a posteriori, que indiquem que dentro da casa ocorre situação de flagrante delito, sob pena de responsabilidade disciplinar, civil e penal do agente ou da autoridade, e de nulidade dos atos praticados.

29) Quanto aos bens públicos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, todos os bens de uso especial podem sofrer desafetação;
- b) Bens de uso especial são bens usados para a prestação de serviço público pela Administração ou conservados pelo Poder Público com finalidade pública;
- c) Bens dominicais não tem qualquer destinação pública, podendo ser alienados, respeitadas as condições previstas em lei;
- d) Bens de uso comum do povo são bens que a Administração Pública mantém para o uso normal da população, de uso livre, sempre de forma gratuita.

30) No que diz respeito ao processo administrativo, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência;
- b) Não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos e as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade;
- c) Os processos administrativos, de que resultem sanções, poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes, suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada, a qual poderá ser agravada;
- d) A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar não ofende a Constituição.